

**Diário Económico** – Principal  
Telecomunicações  
Autor: Filipe Alves e Susana  
Represas

**Id:** 1214062  
**Data Publicação:** 14-06-2010  
**Fonte:** Jornal  
**Edição:** 4917

**Página:** 1  
**Tiragem:** 24107  
**Periodicidade:** Diária 2ª a Sábado  
**Idioma:** Português

**País:** Portugal  
**Âmbito:** Nacional  
**AlturaxLargura:** 4,29cmx8,15cm  
**Media Value:** 1.569,00 EUR



newSearch





# Telefónica em risco de não poder

Decisão está nas mãos do presidente da mesa, Menezes Cordeiro. Mas os juristas ouvidos pelo Diário Económico

Filipe Alves e Susana Represas  
filipe.alves@economico.pt

A Telefónica deverá ser impedida de votar na assembleia geral de accionistas da PT de 30 de Junho, que vai decidir se aprova a venda aos espanhóis do controlo da Vivo. A decisão final será do presidente da mesa da assembleia, Menezes Cordeiro, mas os juristas ouvidos pelo Diário Económico consideram que a lei não permite aos espanhóis, que têm 10% do capital, votarem na assembleia, por serem parte interessada no negócio.

“No nosso entendimento a Telefónica não pode votar na deliberação em condições nenhuma: não pode pura e simplesmente votar. De acordo com o artigo 384.º/67d) do Código das Sociedades Comerciais, um accionista não pode votar, nem por si, nem por representante,

nem em representação de outrem, quando a lei o proíba e ainda quando a deliberação incida sobre qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o accionista, estranha ao contrato de sociedade”, disse ao Diário Económico o advogado Alexandre Albuquerque, da firma [Albuquerque & Associados](#).

O mesmo jurista chama a atenção para o facto de a venda da Vivo à Telefónica constituir a celebração de um contrato de compra e venda de participações sociais, a estabelecer entre um accionista, a Telefónica, que é estranho ao contrato de sociedade. “Não se trata de deliberar sobre uma relação entre a sociedade e o accionista inerente à própria qualidade desse accionista enquanto tal, como por exemplo a distribuição de dividendos e a participação

## PORTUGAL TELECOM

PT é uma das cinco acções do índice português que está a ganhar terreno desde o início do ano.



Fonte: Bloomberg

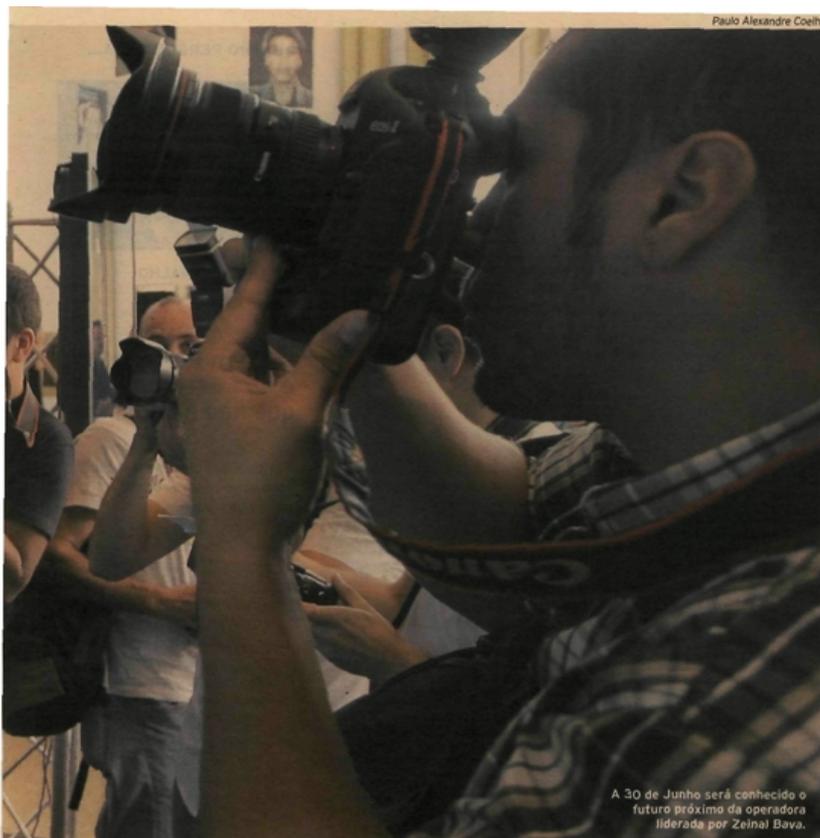
num aumento de capital, mas de uma relação entre a sociedade e um accionista na qualidade de comprador de uma participada, que é naturalmente estranha às relações que decorrem no âmbito do contrato de sociedade”, explicou.

“Trata-se, aliás, de uma norma que decorre de um princípio geral de Direito, o da imparcialidade, que visa impedir os conflitos de interesses nas relações jurídicas em geral. E é justamente disto que se trata no caso em análise”, concluiu o especialista.

Esta opinião, partilhada por vários juristas contactados pelo Diário Económico que preferiram não ser citados, vai ao encontro do que o próprio António Menezes Cordeiro, que é professor catedrático de Direito, escreveu a respeito da assembleia-geral que em 2007 travou a OPA

da Sonaecom sobre a PT. Na altura, o presidente da mesa autorizou a Sonaecom a votar na assembleia-geral da PT com os direitos de voto que correspondiam à sua posição de cerca de 1% do capital, mas salientou que o fazia contrariado. Conforme, aliás, reconheceu no seu Código das Sociedades Comerciais Anotado: “(...) perante a agressividade da comunicação social e da CMVM, optado por não impedir o voto, com sacrifício da legalidade estrita”.

Questionado pelo Diário Económico, na semana passada, Menezes Cordeiro preferiu não adiantar qual será a sua decisão a respeito do voto da Telefónica. Mas lembrou que tem o dever de ser isento e imparcial, até porque, ao contrário do que sucede em Espanha e em outros países, existe uma efectiva separação entre os di-



A 30 de Junho será conhecido o futuro próximo da operadora liderada por Zeinal Bava.

# votar na AG da PT

defendem que a Telefónica não pode votar venda da Vivo.

ferentes órgãos sociais das empresas em Portugal, nomeadamente o conselho de administração e a mesa da assembleia.

## Voto da Telefónica pode ser decisivo

Porém, ao contrário do que sucedeu na OPA da Sonaecom, em que os votos do grupo de Belmiro de Azevedo não fizeram diferença para o resultado final, neste caso a decisão do presidente da mesa poderá decidir o desfecho da batalha pelo controlo da Vivo. Isto porque o núcleo duro nacional da PT (BES, Caixa, Ongoin, Visabeira e Controlinveste), que controla cerca de

27% do capital, pretende rejeitar a actual oferta da Telefónica, de 6,5 mil milhões de euros. Também os analistas consideram que proposta terá de subir para entre 7 a 8,2 mil milhões de euros.

Há que ter em conta que, apesar de minoritário, o bloco 'nacional' pode ter poder de fogo suficiente para derrotar os espanhóis, uma vez que é necessária a aprovação de mais de metade do capital presente na assembleia e que estas reuniões de accionistas nunca contaram com mais de 70% do capital. Assim sendo, os 10% da Telefónica poderão fazer a diferença e a operadora liderada por César Alierta sabe disso.

No entanto, se a Telefónica for autorizada a votar, os accionistas que se opõem ao negócio terão argumentos para impugnar a assembleia em tribunal, lembram os juristas ouvidos pelo Diário Económico. ■



## CRONOLOGIA DO GRUPO

### 1 de Junho

O conselho de administração da PT decide convocar uma AG para que os accionistas decidam sobre a proposta da Telefónica.

### 15 de Junho

Dia limite para o conselho de administração da PT emitir uma recomendação relativa à oferta da Telefónica. No entanto, a administração da PT não é obrigada a emitir uma recomendação.

### 30 de Junho

Data da AG de accionistas da PT para decidir se a operadora vende a sua participação na Vivo à Telefónica, por 6,5 mil milhões de euros ou um valor superior.

## A OPERAÇÃO EM SEIS PONTOS

### 1. Quanto oferece a Telefónica pela participação da PT na Vivo?

A Telefónica apresentou a 6 de Maio uma proposta de compra da posição de 30% da PT na Vivo, de 5,7 mil milhões de euros. Esta oferta foi rejeitada por unanimidade pelo conselho de administração da PT, pelo que os espanhóis apresentaram a 1 de Junho uma nova proposta, de 6,5 mil milhões de euros.

### 2.

### Qual é a posição do conselho de administração a respeito da oferta?

O conselho considerou que a nova oferta continua a não reflectir o valor estratégico que a Vivo terá para a Telefónica, mas não a rejeitou. Desta vez, decidiu deixar os accionistas decidirem em assembleia-geral, para não ser acusado de faltar aos seus deveres fiduciários. A Telefónica interpretou este gesto como um acordo tácito à sua proposta. Mas o conselho ainda poderá emitir uma recomendação favorável ou negativa à oferta da Telefónica.



A Vivo continua no centro de luta acesa entre as operadoras.

### 3.

### Quando e como será decidido o negócio?

A assembleia-geral da PT vai reunir a 30 de Junho, sendo que será necessário o voto favorável de mais de metade do capital presente na reunião, para aprovar a venda da Vivo à Telefónica.

### 4.

### Qual é a posição dos maiores accionistas?



Ricardo Salgado, presidente do BES.

As fontes contactadas pelo Diário Económico consideram que os accionistas de referência portugueses - BES (7,99%), Caixa (7,3%), Ongoin (6,7%), Controlinveste (2,27%) e Visabeira (2,01%) - deverão votar contra a venda da Vivo por 6,5 mil milhões de euros. No entanto, esta posição poderá mudar se a Telefónica subir de novo a oferta, como defendem os analistas.

### 5.

### A Telefónica ainda pode subir a oferta?

Sim. A Telefónica pode subir a oferta até ao dia da assembleia. A própria ordem de trabalhos já abre essa possibilidade, ao admitir que o valor em cima da mesa é de 6,5 mil milhões de euros ou superior. Nesse caso, a assembleia poderá ser adiada por alguns dias para que os accionistas possam decidir de forma ponderada.

### 6.

### A Telefónica pode votar na assembleia?

Os espanhóis tencionam exercer o seu direito de voto, mas os juristas contactados pelo Diário Económico consideram que a lei os impede de votar, por serem parte interessada no negócio (ver texto ao lado). Porém, a decisão final está nas mãos do presidente da mesa, o professor catedrático de direito António Menezes Cordeiro.



Menezes Cordeiro, presidente da mesa da AG da PT.